



**ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

**PARECER JURÍDICO Nº 028/2025.**

**Assunto: Projeto de Lei CM nº 002/2025.**

**Autor: MESA DIRETORA**

**INTERESSADO: Comissões Parlamentares da Câmara Municipal**

**ASSUNTO:** Análise da legalidade da concessão de auxílio-alimentação aos servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Paranatinga/MT.

**REVOGA-SE O PARECER JURÍDICO Nº 23/2025.**

**I – RELATÓRIO.**

Vem a esta Procuradoria Jurídica da Câmara Municipal de Paranatinga/MT o presente expediente, para análise e emissão de parecer acerca da possibilidade jurídica da concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos efetivos e comissionados desta Casa Legislativa.

**II – ANÁLISE.**

A questão central reside na análise da legalidade e constitucionalidade da concessão do auxílio-alimentação aos servidores públicos, tanto efetivos quanto comissionados, da Câmara Municipal de Paranatinga/MT, à luz da legislação pertinente e da jurisprudência aplicável.

**II.1 – Fundamentação Legal**

A Constituição Federal, em seu artigo 39, §3º, assegura aos servidores ocupantes de cargos públicos a percepção de vantagens, benefícios e adicionais, além do vencimento, nos termos e limites definidos em lei. Este dispositivo confere aos entes federativos a autonomia para legislar sobre a matéria, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, insculpidos no artigo 37 da Carta Magna.



## **ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

A Lei Orgânica do Município de Paranatinga/MT, em consonância com a Constituição Federal prever a possibilidade de concessão de benefícios aos servidores públicos municipais. Da mesma forma, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

### **II.2 – Jurisprudência.**

A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem se manifestado favoravelmente à concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos, desde que observados os seguintes requisitos:

- **Previsão legal:** A concessão do auxílio-alimentação deve estar expressamente prevista em lei municipal.
- **Disponibilidade orçamentária:** A concessão do auxílio-alimentação deve estar compatível com as disponibilidades orçamentárias do Município, sob pena de configurar crime de responsabilidade fiscal.
- **Natureza indenizatória:** O auxílio-alimentação deve ter natureza indenizatória, ou seja, destinar-se a cobrir os gastos com a alimentação do servidor no exercício de suas funções. Nesse sentido, o benefício não deve ser incorporado ao salário do servidor e não deve incidir contribuição previdenciária ou imposto de renda.
- **Igualdade:** A concessão do auxílio-alimentação deve ser estendida a todos os servidores públicos, tanto efetivos quanto comissionados, que se encontrem na mesma situação fática, sob pena de violação ao princípio da isonomia.

### **II.3 – Análise Específica do Caso Concreto**

No caso da Câmara Municipal de Paranatinga/MT, a concessão do auxílio-alimentação aos servidores efetivos e comissionados é juridicamente viável, desde que atendidos os seguintes requisitos:



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

1. Existência de Lei Municipal: É imprescindível a existência de lei municipal que discipline a concessão do auxílio-alimentação.
2. Previsão Orçamentária: A Câmara Municipal deve verificar se possui dotação orçamentária suficiente para arcar com as despesas decorrentes da concessão do auxílio-alimentação, sem comprometer o cumprimento das demais obrigações financeiras da Casa Legislativa.
3. Natureza Indenizatória: A lei municipal deve expressamente prever a natureza indenizatória do auxílio-alimentação, estabelecendo que o benefício não se incorpora ao salário do servidor e não incide contribuição previdenciária ou imposto de renda.

Ao tratar da organização dos Estados o Constituinte de 1988, descreveu esta organização em seu artigo 18 da Constituição Federal, *in verbis*.

*Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição (destacamos).*

O termo “autonomia política”, sob o ponto de vista jurídico, congrega um conjunto de capacidades conferidas aos entes federados para instituir a sua organização, legislação, administração e governo próprios.

As unidades federadas devem ter a possibilidade de exercer certas competências com autonomia, ou seja, as vontades parciais devem ter o poder de se auto organizar, de realizar, de se manifestar livremente sobre certos assuntos, sem a interferência da vontade central.

A autoadministração e a auto legislação, contemplando o conjunto de competências materiais e legislativas previstas na Constituição Federal para os Municípios, é tratada no artigo 30 da Lei Maior, nos seguintes termos:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

- I - Legislar sobre assuntos de interesse local;*
- II - Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;*
- III - Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;*
- IV - Criar, organizar e suprimir Distritos, observada a legislação estadual;*
- V - Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;*
- VI - Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental;*
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;*
- VIII - Promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;*
- IX - Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.*

Ainda destacamos o Inciso I do Art. 27 do nosso Lei Regimento Interno que assim o descreve:

**Art. 27 - À Mesa compete, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste Regimento ou por resolução da Câmara:**

- I - Propor ao Plenário projetos de resolução que criem, transformem e extingam cargos, empregos ou funções da Câmara Municipal, e a iniciativa de norma que fixe a respectiva remuneração;*

2



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

Neste diapasão entendemos que a Mesa Diretora possui autonomia, pois a legislação em vigor ora em comento trata de interesse local nos termos de nossa legislação Federal, Estadual e Municipal.

Desta feita, em análise aos dispositivos supracitados, esta Procuradoria Jurídica não visualiza vício de iniciativa na presente proposição, por entender que a matéria aqui proposta é de competência Municipal pois trata de interesse local.

**DAS COMISSÕES QUE ANALISAM O PROJETO.**

Os Artigos 67 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal de Paranatinga descreve que:

**Art. 67** - *Compete à Comissão de Constituição, Justiça, manifestar-se sobre todas as proposições apresentadas na Casa, especialmente analisando os aspectos constitucionais, legais, formais, materiais e todo o mais que envolva juridicidade da norma posta em análise.*

**Art. 68** - *Compete à Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização opinar, obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro, especialmente quando for o caso de:*

**I** - *Plano plurianual;*

**II** - *Diretrizes orçamentárias;*

**III** - *Proposta orçamentária;*

**IV** - *Proposições referentes à matéria tributária, abertura de crédito, empréstimo público e as que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou receita do Município, acarretem responsabilidade ao erário Municipal ou interessem ao crédito e ao patrimônio Municipal;*

**V** - *Proposições que fixem ou aumentem a remuneração dos servidores e que fixem ou atualizem os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretário e dos Vereadores;*

31



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

**VI** - Examinar e emitir parecer sobre os planos e programas de investimentos, exercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais Comissões;

**VII** - Receber as emendas à Proposta Orçamentária do Município e sobre elas emitir parecer;

**VIII** - Emitir pareceres sobre projeto de abertura de crédito;

**IX** - Determinar auditoria para o exame contábil em documentos públicos ou privados, que interessem ao processo de fiscalização;

**X** - Efetuar diligências, perícias, vistorias e inspeções, "in loco", atinentes ao objeto da fiscalização;

**XI** - Prestação de contas do Chefe do Executivo.

**Art. 69** - Compete à Comissão de Obras e Serviços Públicos, manifestar-se em todos os projetos e matérias que versem sobre:

**I** - Denominação de próprios, vias e logradouros públicos;

**II** - Opinar em todas as proposições relacionadas com o processo de elaboração e implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Município e a projetos relativos a obras municipais.

**III** - Avaliar e propor política de permissões e concessões, de educação, de fiscalização e de segurança no trânsito, bem como de fiscalização do transporte individual de aluguel, escolar e coletivo.

**Art. 70** - Cabe a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Cidadania e Meio Ambiente:

**I** - Receber, avaliar e proceder investigações de denúncias relativas às ameaças ou violações de direitos humanos;

**II** - Fiscalizar e acompanhar programas governamentais, relativos à proteção dos direitos humanos e do meio ambiente;

**III** - Colaborar com entidades não governamentais relativos à proteção do meio ambiente e dos direitos humanos;

**IV** - Pesquisar e estudar a situação da cidadania, meio ambiente e dos direitos humanos no Município;





**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA**

*V - Assuntos educacionais, artísticos, inclusive patrimônio histórico, desportivos e relacionados com a saúde, o saneamento, assistência e previdência social em geral;*

*VI - Sistema municipal de ensino;*

*VII - Concessão de bolsas de estudos com finalidade de assistência à pesquisa tecnológica científica para o aperfeiçoamento do ensino; VIII - Programas de merenda escolar;*

*IX - Preservação da memória da cidade no plano estético, paisagístico, de seu patrimônio histórico e cultural, artístico e arquitetônico;*

*X - Concessão de títulos honoríficos, outorga de honrarias, prêmios ou homenagens a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços ao Município;*

*XI - Serviços, equipamentos e programas culturais, educacionais, esportivos, recreativos e de lazer voltados à comunidade;*

*XII - Sistema único de saúde e seguridade social;*

*XIII - Vigilância sanitária, epidemiológica e nutricional;*

*XIV - Saúde do trabalhador;*

*XV - Programas de proteção ao idoso, à mulher, à criança, ao adolescente e a portadores de deficiência.*

*Art. 71 - As Comissões Permanentes poderão se reunir de forma conjunta para proferir parecer único no caso de proposição que tramita em regime de urgência de tramitação ou sempre que decidir o Plenário.*

Nos termos dos artigos acima delineados compete manifestar neste Projeto de Lei as comissões de:

**a) Comissões de Constituição, Justiça.**

**b) Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização**

**c) Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Assistência Social, Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Cidadania e Meio Ambiente:**

**d) Comissão de Obras e Serviços Públicos.**



ESTADO DE MATO GROSSO  
CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA

**4. Conclusão**

É o parecer, que ora submeto, à apreciação da digna Comissão de Constituição, Justiça e Redação desta Casa.

Assim, nos termos do Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal, e em obediência às normas legais, esta Procuradoria Jurídica opina pela **LEGALIDADE** e **CONSTITUCIONALIDADE** do presente Projeto de Lei.

**Fica revogado o Parecer Jurídico nº 23/2025.**

É o parecer, S.M.J.

Paranatinga-MT, 12 de março de 2025.

JOEL CARDOSO DE SOUZA  
PROCURADOR JURÍDICO  
PORTARIA Nº 34/2021  
OAB/MT 19.303/O

Joel Cardoso de Souza  
Procurador Jurídico  
Portaria nº 34/2021